

Nova ministra é acusada de superfaturamento

Macaé Evaristo foi indicada para assumir os Direitos Humanos

Por Karoline Cavalcante

É uma crise sem fim. A nova ministra dos Direitos Humanos e Cidadania, Macaé Evaristo (PT), é ré em um processo que apura superfaturamento na compra de kits de uniformes escolares quando era secretária de Educação de Belo Horizonte, em 2011, durante a gestão do ex-prefeito Márcio Lacerda (PSB). As informações são do jornal O Estado de São Paulo.

Quando foi secretária de Estado de Educação no governo de Fernando Pimentel (PT), entre 2015 e 2018, Evaristo também foi acionada judicialmente por supostamente cometer irregularidades similares. Porém, em um acordo com o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), o processo foi encerrado.

A mineira foi anunciada nesta segunda-feira (9) pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para substituir o advogado e sociólogo Silvio Almeida, que foi demitido do comando da pasta na última sexta-feira (6), por denúncias de assédio sexual e moral. O governo quis substituí-lo com rapidez para estancar a crise. Mas a divulgação dos casos de superfaturamento acrescenta novo capítulo à situação.

Responsabilidade

Procurada pelo Correio da Manhã, a assessoria de imprensa da nova ministra esclareceu que a responsabilidade do processo licitatório da época não coube a Macaé, e sim por uma comissão externa de licitação.

“Todas as fases do certame foram conduzidas por uma comissão de licitação, que não era vinculada à Secretaria Muni-



Alexandre Netto/ALMG

Macaé afirma que não teve responsabilidade na licitação

pal de Educação. A contratação realizada por essa comissão foi devidamente validada pela Procuradoria do Município de Belo Horizonte antes de o resultado ser apresentado. Após a conclusão do certame pela comissão de licitação, e sua validação pela procuradoria da Prefeitura de Belo Horizonte. O cargo de secretária não me permitia discricionariedade para optar pela compra dos produtos em empresa diversa da vencedora da licitação”, explicou Evaristo, em nota.

A defesa da petista contestou a ação e Macaé pontuou que sempre colaborou com a Justiça “de forma engajada”.

“Sigo tranquila e consciente do meu compromisso com a transparência e correta gestão dos recursos públicos. Destaco ainda que sempre colaborei com a Justiça de forma engajada, reafirmando meu compromisso com a transparência, responsabilidade e defesa do interesse público”, completou.

Processos

Segundo o Estadão, em 2022, Evaristo realizou um acordo de não persecução cível, comprometendo-se a pagar a multa de R\$ 10,4 mil para resolver 13 processos sobre improbidade administrativa relacionados à compra de carteiras escolares – o valor estipulado corresponde à época ao salário mensal que recebia como secretária. Apesar de o acordo não detalhar valores superfaturados, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) identificou “sobrepço” na licitação envolvida.

O processo atual está ligado a uma licitação de 2011 para adquirir cerca de 190 mil kits de uniformes escolares, quando Macaé ocupava o posto de secretária municipal de Educação de Belo Horizonte. O MPMG destacou que a empresa vencedora, Diana Paolucci S/A Indústria e Comércio, estava impedida de participar de licitações devido a problemas

anteriores com a Prefeitura e o Corpo de Bombeiros de São Paulo. Além de uma segunda irregularidade quanto ao superfaturamento dos uniformes. Enquanto outros órgãos públicos tinham preços máximos de até R\$ 67,51 e R\$ 77,31, a Secretaria de Educação pagou R\$ 84,71 e R\$ 89,01 por kit, resultando em uma diferença total de R\$ 3,1 milhões, o que equivale a R\$ 6,5 milhões com as atualizações monetárias atuais.

A nova ministra fez na terça-feira (10) discurso despedindo-se dos colegas na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Ela foi escolhida para substituir Silvio Almeida, demitido na sexta-feira (6) pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva depois que surgiram denúncias de assédio sexual e moral contra ele. Entre as vítimas, estava a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, que, em conversa com Lula e outros ministros, confirmou os episódios.

Governo Lula é condenado a indenizar casal Bolsonaro

Por Karoline Cavalcante

O juiz Diego Câmara, da 17ª Vara Federal da Justiça do Distrito Federal, condenou nesta segunda-feira (9) o governo federal a pagar R\$ 15 mil ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e à ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro por danos morais no caso do suposto desaparecimento dos móveis do Palácio da Alvorada, quando Lula acusou o ex-presidente de sumir com as peças. Mais tarde, descobriu-se que os itens estavam em um depósito do governo.

Após a localização dos itens desaparecidos, o casal Bolsonaro entrou com uma ação no Tribunal de Justiça do Distrito Federal contra Lula, pedindo uma indenização de R\$ 20 mil por danos morais, e, em três medidas, a defesa pediu que o atual presidente se pronuncie “na mesma proporção do dano que realizou”.

A retratação deveria incluir uma coletiva de imprensa oficial no Palácio da Alvorada; uma entrevista sobre o tema na GloboNews e uma publicação nos canais oficiais de comunicação do governo federal.

Parcialmente

A sentença de Diego Câmara, porém, acatou parcialmente as reivindicações do ex-presidente. Foi determinada a multa no valor de R\$ 15 mil para o governo Lula — que será paga



Foto: Ricardo Stuckert / PR

Lula acusou casal Bolsonaro de sumir com móveis

pela União — e foi excluída a necessidade de retratação.

O juiz entendeu que as informações que desmentiam a denúncia já teriam sido veiculadas pela imprensa.

“Como bem se vê, portanto, a narrativa fática ventilada denota que os esclarecimentos alcançados na seara administrativa acerca do paradeiro dos bens patrimoniais foram oportunamente divulgados no sítio eletrônico do Governo Federal e também receberam cobertura jornalística nos principais canais de comunicação”, disse o juiz na decisão.

Recurso

A reportagem entrou em

contato com o Palácio do Planalto e com a Advocacia-Geral da União. A AGU informou que vai recorrer da decisão.

Segundo informações da Casa Civil, via Lei de Acesso à Informação, a Presidência da República adquiriu seis itens novos para o Palácio da Alvorada depois do suposto “sumiço” dos móveis no valor total de R\$ 196.770,00.

O governo justificou essa alta despesa alegando a necessidade de substituir os itens ausentes com peças de alta gama, o que gerou controvérsia e questionamentos sobre a necessidade e adequação. Parecia que o governo criara a denúncia do sumiço dos

móveis para justificar novas compras.

Entenda

Segundo informações dadas no início do atual governo, após a saída do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) do Palácio da Alvorada, em 2022, 261 móveis teriam desaparecido.

Na primeira semana de seu mandato, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e a primeira-dama Janja destacaram problemas sérios no Palácio, incluindo infiltrações e janelas quebradas, além do desaparecimento dos móveis. Em janeiro de 2023, durante um café da manhã com jornalistas, Lula levantou a hipótese de que as peças poderiam ter sido levadas por Bolsonaro.

“O quarto que tinha cama já estava sem cama. Não sei como fizeram isso, se era coisa pessoal do casal, mas levaram tudo. Estamos agora cuidando da reparação, pois isso é patrimônio público e deve ser preservado”, afirmou na ocasião o presidente.

Porém, em março de 2024, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República informou que a mobília foi integralmente encontrada em “dependências diversas” da Presidência, não somente no Palácio da Alvorada, e que parte deles foram “abandonados em depósitos e sem controle”.

A busca dos móveis supostamente desaparecidos foi encerrada em setembro de 2023.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Reprodução/Redes sociais



Humberto Alencar e Silva morreu no acidente

Voepass vai à Justiça para pagar rescisão de copiloto

A Voepass ingressou no dia 19 com ação para pagar, via Justiça do Trabalho, as verbas relativas à rescisão do contrato de trabalho do copiloto Humberto de Campos Alencar e Silva, morto no acidente com o ATR-72-500. O avião caiu no dia 9 de agosto em Vinhedo (SP).

Segundo despacho assinado no dia 20 pela juíza Paula Rodrigues de Araujo Lenza, do Tribunal

Regional do Trabalho em Ribeirão Preto (SP), a Passaredo (nome oficial da empresa) pretende “obter o decreto de extinção de sua obrigação às verbas rescisórias devidas ao empregado falecido”.

De acordo com informações disponíveis na página do TRT da 15ª Região, o valor da causa — chamada de ação de consignação em pagamento — é de R\$ 14.888,27.

Discordância

Essa ação costuma ser proposta pelo devedor quando o credor se recusa a receber uma quantia, geralmente por discordar do seu valor. Procurada, a Voepass disse que as tratativas com as quatro famílias dos tripulantes “seguiram os trâmites trabalhistas legais”.

Despacho

No despacho, a juíza deu prazo de cinco dias para o depósito da quantia que a Voepass alega dever ao copiloto. Mandou também citar o sucessor de Alencar e Silva para que comprove ser o dependente legal e se manifeste sobre o valor a ser depositado pela empresa.

Fernando Frazão/Agência Brasil



Esquerda no alvo do prefeito paulistano

Nunes voltará a atacar Guilherme Boulos

Integrantes da campanha de reeleição do prefeito paulistano, Ricardo Nunes (MDB), querem que ele volte a bater em Guilherme Boulos (Psol). Nos últimos dias, o emedebista concentrou seus ataques em Pablo Marçal (PRTB), seu principal adversário pelos votos conservadores e bolsonaristas. A conquista de três pon-

tos na última pesquisa Datafolha e nova crise entre Marçal e Jair Bolsonaro deram fôlego ao prefeito e alertaram seu entorno para a necessidade de evitar bater apenas na direita.

O foco excessivo no candidato do PRTB poderia até irritar os eleitores que rejeitam a esquerda de maneira radical.

Novos rumos

Marcado para o próximo domingo, o debate da TV Cultura deverá marcar o início da nova fase de Nunes. Isso, se as pesquisas a serem divulgadas hoje e amanhã — Quæst, Atlas e Datafolha — não trouxerem nenhuma novidade que determine uma nova mudança de rumos.

Prós e contras

A briga entre Bolsonaro e Marçal reacendeu em Nunes a esperança de herdar votos de eleitores do ex-presidente. E gerou alguma preocupação de ficar associado ao radicalismo bolsonarista. Mas diante do risco de ficar fora do segundo turno, esse virou um problema menor.

Furto no STF

Tribunal constitucional, o STF teve que decidir se absolveria um homem condenado por furtar, em Pouso Alegre (MG), um rádio e um pen drive — bens que valem, no total, R\$ 60. Com base no princípio da insignificância, o réu acabou absolvido pela Segunda Turma.

Sem resposta

O ministro Nunes Marques não respondeu a um questionamento feito via assessoria do STF. A coluna perguntou se ele conhece José André da Rocha, dono da Vai de Bet, foragido da Justiça. Os dois estiveram na festa de aniversário de Gustavo Lima, na Grécia.